

CULTURA: UM CONCEITO ANTROPOLÓGICO

Desde a antiguidade, tem-se tentado explicar as diferenças de comportamento entre os homens, a partir das diversidades genéticas ou geográficas.

As características biológicas não são determinantes das diferenças culturais: por exemplo, se uma criança brasileira for criada na França, ela crescerá como uma francesa, aprendendo a língua, os hábitos, crenças e valores dos franceses.

Podemos citar, ainda, o fato de que muitas atividades que são atribuídas às mulheres numa cultura são responsabilidade dos homens em outra.

O ambiente físico também não explica a diversidade cultural. Por exemplo, os lapões e os esquimós vivem em ambientes muito semelhantes – os lapões habitam o norte da Europa e os esquimós o norte da América. Era de se esperar que eles tivessem comportamentos semelhantes, mas seus estilos de vida são bem diferentes. Os esquimós constroem os iglus amontoando blocos de gelo num formato de colméia e forram a casa por dentro com peles de animais. Com a ajuda do fogo, eles conseguem manter o interior da casa aquecido. Quando quer se mudar, o esquimó abandona a casa levando apenas suas coisas e constrói um novo iglu.

Os lapões vivem em tendas de peles de rena. Quando desejam se mudar, eles tem que desmontar o acampamento, secar as peles e transportar tudo para o novo local.

Os lapões criam renas, enquanto os esquimós apenas caçam renas.

Outro exemplo são as tribos de índios que habitam uma mesma área florestal e têm modos de vida bem diferentes: algumas são amigáveis, enquanto outras são ferozes; algumas alimentam-se de vegetais e sementes, outras caçam; têm rituais diferentes; etc

O comportamento dos indivíduos depende de um aprendizado, de um processo chamado endoculturação ou socialização. Pessoas de raças ou sexos diferentes têm comportamentos diferentes não em função de transmissão genética ou do ambiente em que vivem, mas por terem recebido uma educação diferenciada

Assim, podemos concluir que é a cultura que determina a diferença de comportamento entre os homens.

O homem age de acordo com os seus padrões culturais, ele é resultado do meio em que foi socializado

Para Edward Tylor, 1871:

Cultura é o todo complexo que inclui conhecimentos, crenças, arte, moral, leis, costumes ou qualquer outra capacidade ou hábitos adquiridos pelo homem enquanto membro de uma sociedade.

Tylor, foi o primeiro a formular o conceito de cultura do ponto de vista antropológico da forma como é utilizado atualmente. Na verdade, ele formalizou uma idéia que vinha crescendo desde o iluminismo. John Locke, em 1690, afirmou que a mente humana era uma caixa vazia no nascimento, dotada de capacidade ilimitada de obter conhecimento, através do que hoje chamamos de endoculturação,

Tylor enfatizou a idéia do aprendizado na sua definição de cultura.

O homem é um ser predominantemente cultural. Graças à cultura, ele superou suas limitações orgânicas. O homem conseguiu sobreviver através dos tempos com um equipamento biológico relativamente simples.

Um esquimó que deseje morar num país tropical, adapta-se rapidamente, ele substitui seu iglu e seus grossos casacos por um apartamento refrigerado e roupas leves – enquanto o urso polar não pode adaptar-se fora de seu ambiente.

A cultura é o meio de adaptação do homem aos diferentes ambientes. Ao invés de adaptar o seu equipamento biológico, como os animais, o homem utiliza equipamentos extra-orgânicos. Por exemplo, a baleia perdeu os membros e os pêlos e adquiriu nadadeiras para se adaptar ao ambiente marítimo. Enquanto a baleia teve que transformar-se ela mesma num barco, o homem utiliza um equipamento exterior ao corpo para navegar.

A cultura é um processo acumulativo. O homem recebe conhecimentos e experiências acumulados ao longo das gerações que o antecederam e, se estas informações forem adequada e criativamente manipuladas, permitirão inovações e invenções. Assim, estas não são o resultado da ação isolada de um gênio, mas o esforço de toda uma comunidade.

Não existe um consenso, na antropologia moderna, sobre o conceito de cultura.

Roger Keesing, antropólogo, em seu artigo "Theories of Culture" (1974), define cultura de acordo com duas correntes:

- As teorias que consideram a cultura como um sistema adaptativo: culturas são padrões de comportamento socialmente transmitidos que servem para adaptar as comunidades humanas ao seu modo de vida (tecnologias, modo de organização econômica, padrões de agrupamento social, organização política, crenças, práticas religiosas, etc.)
- As teorias idealistas da cultura são divididas em três abordagens:
 - A primeira considera cultura como sistema cognitivo: cultura é um sistema de conhecimento, "consiste de tudo aquilo que alguém tem de conhecer ou acreditar para operar de maneira aceitável dentro da sociedade"
 - A segunda abordagem considera cultura como sistemas estruturais: define cultura como "um sistema simbólico que é a criação acumulativa da mente humana. O seu trabalho tem sido o de descobrir na estruturação dos domínios culturais – mito, arte, parentesco e linguagem – os princípios da mente que geram essas elaborações culturais.
 - A terceira abordagem considera cultura como sistemas simbólicos: cultura é um sistema de símbolos e significados partilhados pelos membros dessa cultura que compreende regras sobre relações e modos de comportamento.

A cultura é uma lente através da qual o homem vê o mundo - pessoas de culturas diferentes usam lentes diferentes e, portanto, têm visões distintas das coisas.

O fato de que o homem vê o mundo através de sua cultura tem como consequência a propensão em considerar o seu modo de vida como o mais correto e o mais natural (isso é denominado etnocentrismo), depreciando o comportamento daqueles que agem fora dos padrões de sua comunidade – discriminando o comportamento desviante.

Comportamentos etnocêntricos resultam em apreciações negativas dos padrões culturais de povos diferentes, práticas de outros sistemas culturais são vistas como absurdas.

O etnocentrismo é um comportamento universal. É comum a crença de que a própria sociedade é o centro da humanidade.

A reação oposta ao etnocentrismo é a apatia. Em lugar da superestima dos valores de sua própria sociedade, num momento de crise os indivíduos abandonam a crença naquela cultura e perdem a motivação que os mantém unidos.

Por exemplo, os africanos, quando foram trazidos como escravos para uma terra estranha, com costumes e línguas diferentes, perdiam a motivação de continuar vivos e muitos praticavam suicídio.

Embora nenhum indivíduo conheça totalmente o seu sistema cultural, é necessário que o indivíduo tenha um mínimo de conhecimento da sua cultura para conviver com os outros membros da sociedade. Nenhum indivíduo é perfeitamente socializado. São estes espaços que permitem a mudança.

Qualquer sistema cultural está num contínuo processo de mudança.

Existem dois tipos de mudança cultural: interna, resulta da dinâmica do próprio sistema cultural. Esta mudança é lenta; porém, o ritmo pode ser alterado por eventos históricos, como catástrofe ou uma grande inovação tecnológica.

A mudança externa é resultado do contato de um sistema cultural com outro. Esta mudança é mais rápida e brusca.

O tempo é um elemento importante na análise de uma cultura.

Assim, da mesma forma que é importante para a humanidade a compreensão das diferenças entre os povos de culturas diferentes, é necessário entender as diferenças que ocorrem dentro do mesmo sistema.

http://gestor.adm.ufrgs.br/adp/culturaorg_adpo14_2

ABORDAGEM ANTROPOLÓGICA

A existência humana é marcada pela cultura e é ela a própria fundamentação da humanidade. Cultura é criação/ aprendizagem/ criação. É modificada, enriquecida, num processo constante, consciente e inconsciente, por acaso e por necessidade. Por isso a cultura marca, registra e pauta as condutas humanas. O ser humano é muito pouco programado.

<http://drogaseespiritualidade.vila.bol.com.br/sent>

A ANTROPOLOGIA E SUAS TEORIAS ACERCA DAS CULTURAS

Com o avanço da colonização e a partir das viagens do século XVIII, os europeus passaram a manter contato com outros povos e a incluí-los na reflexão sobre a evolução da humanidade. Várias maneiras de interpretar a evolução humana surgiram; dentre elas, as versões monogenista e poligenista. A monogenia, seguindo a idéia de "perfectibilidade" defendida por Rousseau, considerava a evolução da humanidade um gradiente que ia desde o estágio menos avançado (primitivo) ao mais avançado (civilização). As dissimilaridades entre os homens eram consideradas provas dos diferentes estágios pelos quais passavam no seu processo evolutivo. Essa forma de interpretação foi adotada pelos etnólogos na reconstrução do passado dos povos "primitivos". A poligenia considerava que os diferentes centros de criação explicavam as diferenças físicas e morais entre os homens. Os poligenistas acreditavam que mesmo que tivessem ancestrais comuns, os homens diferenciaram-se tanto num dado momento que não restou a possibilidade de cruzamento sem que dele resultasse degeneração.

A partir da obra de Darwin, *A origem das espécies*, publicada em 1859, vários ramos do conhecimento passaram a adotar uma perspectiva evolucionista: a lingüística, a pedagogia, a sociologia, a filosofia, a política. Na política, o imperialismo europeu se valeu da idéia de sobrevivência dos mais aptos para justificar o avanço do colonizador. Uma teoria sobre as raças foi sistematizada a partir do darwinismo social, preconizado por Herbert Spencer. Essa teoria estabelecia um paralelo comparativo entre as diferenciações entre os homens e as diferenças que existem entre os animais - o asno e o cavalo, por exemplo - e rejeitava a idéia de livre arbítrio do homem, pois que ele estaria fadado a receber características étnico-culturais do meio ao qual pertenciam e condenava a miscigenação, valorizando os "tipos puros" considerava a miscigenação. Essa teoria surgiu dos poligenistas e veio a legitimar o domínio de um grupo étnico sobre outro.

Nesse contexto, surge a Antropologia, que teve o evolucionismo como princípio orientador. Dividindo a evolução em estágios, os etnólogos abandonaram o uso convencional do tempo e utilizaram-se de etapas construídas logicamente para referenciar o homem. Na escala

evolutiva. Morgan, em sua obra *Ancient Society*, descreve três estágios que seriam aplicáveis na explicação da escala de evolução humana: selvageria, barbárie e civilização.

O estudo das sociedades "primitivas" era feito tendo por base documentos escritos, onde havia o relato dos costumes, mitos, objetos utilizados pelos "selvagens" etc. Através da utilização do método comparativo, os antropólogos analisaram essas sociedades, guiados pela idéia de progresso. Esse método recebeu vários ataques, sendo Franz Boas o seu principal crítico. Uma das críticas dizia respeito ao fato de os elementos culturais serem analisados fora do seu contexto: a partir de uma parcela mínima da cultura inferia-se sobre a totalidade.

Dessa breve digressão, podemos concluir que, apesar de não podermos considerar os usos advindos dos estudos antropológicos da época como os mais "honestos", sem dúvida nenhuma foi um grande avanço o abandono da análise dos dados coletados por viajantes e a adoção da pesquisa de campo como meio de investigação. Da mesma forma, pode ser considerado um passo significativo o abandono da utilização da perspectiva evolucionista na análise dos povos não-europeus, bem como das suas explicações psicológicas e intelectualistas. Porém, o surgimento da corrente funcionalista na Antropologia - da qual Malinowski foi o precursor - trouxe consigo uma certa dose de determinismo, ao considerar o processo de colonização como dado, como algo inevitável. A necessidade do estudo dessas sociedades era justificada pelo avanço do imperialismo europeu sobre os povos "primitivos" e as comparações feitas entre essas sociedades e a sociedade da qual fazia parte o pesquisador não preocupavam-se em situá-las mecanicamente numa escala evolutiva. Os povos estudados eram focalizados em situação, ou seja, seu processo de auto-construção era avaliado a partir da contextualização dos fenômenos culturais.

Bronislaw Malinowski, tocado pelo "nojo à civilização", dedicou-se ao estudo das sociedades "primitivas" imbuído do objetivo de "apreender o ponto de vista do nativo, sua relação com a vida, compreender a sua visão de mundo." Malinowski procedeu a explicação do todo social a partir da construção de unidades significativas de análise, que seriam compostas por elementos representativos do todo e, assim, posteriormente, encadeadas na análise. A essas unidades ele chamou *isolats*, e utilizou as instituições como objeto de análise. Para ele, as necessidades biológicas (primárias), determinavam a existência de outras necessidades: as necessidades culturais (secundárias). A cultura seria o aparato instrumental que inicialmente estaria ligado à satisfação das necessidades biológicas, e à medida em que houvesse o desenvolvimento, o crescimento da população e a diferenciação estrutural, ela passaria a constituir-se num meio próprio. Os padrões culturais determinariam o surgimento do estatuto, que é o liame entre as instituições. No processo de análise da realidade, Malinowski vê como fundamentais três procedimentos metodológico: a observação de todos os costumes dos nativos, a apreensão das narrativas orais e a utilização do método estatístico. Para ele, através da observação do comportamento dos nativos seria captados os "imponderáveis da vida real" - os elementos não abarcados pela análise estatística e que são "a carne e o sangue" do arcabouço teórico da pesquisa.

A antropologia de Malinowski dava maior visibilidade aos sujeitos integrantes da cultura em estudo, como forma de garantir a legitimidade científica da investigação. O abandono de pré-noções, para ele seria fundamental:

"Conhecer bem a teoria científica e estar a par de suas últimas descobertas não significa estar sobrecarregado de idéias preconcebidas. Se um homem parte numa expedição decidido a provar certas hipóteses e é incapaz de mudar seus pontos de vista constantemente, abandonando-os sem hesitar ante a pressão da evidência, sem dúvida seu trabalho será inútil."

Radcliffe-Brown, também funcionalista, propunha a combinação das tarefas de pesquisa de campo e de gabinete. Ele apontava a necessidade de estudos comparativos sistemáticos para que a Antropologia não se tornasse mera etnografia. O método indutivo, proposto também por ele, possibilitaria o estabelecimento de regularidades e leis gerais. Ele enfatiza o aspecto funcional de costumes como o rapto da noiva, hostilidade inter-grupal, entre outros, baseando-os na idéia de oposição que fundaria sociedades divididas em metades exogâmicas. Radcliffe-Brown chegou à explicação histórica de cada uma dessas sociedades em particular e, conseqüentemente, ao problema do totemismo e da natureza e funcionamento das relações e estruturas sociais baseadas em "oposição", que são fenômenos gerais. Dessa forma, ele articulou os métodos histórico e comparativo (aliás, numa articulação que ele propunha aos estudos antropológicos em geral), considerando, entretanto, que o método histórico seria específico da Etnologia e o método comparativo mais afeito à Antropologia Social.

Radcliffe-Brown, que também considerava de suma importância a pesquisa de campo, rejeitava o uso do conceito de cultura em sua análise, pois considerava-o desprovido do caráter empírico necessário à análise social. A abstração que o termo sugere seria substituída pela realidade empírica das estruturas sociais, que eram o seu objeto de estudo. Para ele, o indivíduo adquire relevância analítica quando inserido nessa rede de relações, desempenhando os seus diversos papéis. Aliado a esse conjunto de relações que se dão entre os indivíduos, está o conceito de forma estrutural. Para Radcliffe-Brown, a forma estrutural seria o padrão das relações que ocorrem na estrutura, tendo como maior característica a constância do mesmo. Ele não nega mudanças na forma estrutural, porém, admite que elas ocorrem de uma maneira mais lenta. A totalidade fica, assim melhor explicada na teoria de Radcliffe-Brown, pois possibilita a visualização da mesma através dos conceitos de estrutura e forma estrutural. Com a idéia de coerência funcional, ele exprime a necessidade de que os elementos estejam interligados por uma mutualidade de relações que, se não forem observadas, levam ao surgimento de conflitos.

Vê-se que o funcionalismo possibilitou o diálogo entre pesquisador e pesquisado a partir da adoção de uma postura flexível e menos dogmática perante o seu objeto de estudo, porém, nota-se que a utilização do relativismo como princípio orientador proporcionava um certo

distanciamento e faz com que o investigador, ao abordar o "nativo", estabeleça uma relação na qual o entrevistado realiza o papel de mero informante, sem que haja uma troca de experiências visando ao conhecimento e questionamento culturais mútuos. Esse procedimento decorre do fato de que para os relativistas, as culturas são válidas em si mesmas, conseqüentemente, não há porque questionar as normas e valores nela imbricados. A postura do investigador que utiliza-se do relativismo é a de um mero coletor de informações. O relativismo, a partir da sua proposta de validade das práticas inerentes às varias culturas, inspirada no alemão Herder, não dá margem a uma interação subjetiva efetiva entre os envolvidos na relação e não possibilita a disseminação de valores universais como a liberdade e a igualdade.

<http://zelindabarros.vila.bol.com.br/antropologia>.

CULTURA: UM CONCEITO ANTROPOLÓGICO

Introdução

Pretende-se aqui delinear a evolução do conceito de cultura, pinçando idéias defendidas no passado tais como, o determinismo biológico, geográfico, antecedentes históricos do conceito de cultura, mostrando a conciliação da unidade biológica e da grande diversidade cultural da espécie humana. O desenvolvimento do conceito de cultura, idéias sobre a origem da cultura e teorias modernas sobre cultura organizacional e, fatores que compõem a cultura brasileira. Porém, ressalta-se que não se pretende esgotar a discussão nesta apresentação, pois a natureza e a amplitude do tema não permite findar esta discussão devido as perspectivas multidisciplinares e das diversas abordagens em que se pode visualizar o emprego e a intersecção do estudo da cultura, tais como a semiótica e a hermenêutica.

Origem da cultura e antecedentes históricos do conceito de cultura

O termo cultura segundo o Novo Dicionário da língua portuguesa significa “ato, efeito ou modo de cultivar. Complexo dos padrões de comportamento, das crenças, das instituições e de outros valores espirituais e materiais transmitidos coletivamente e característica de uma sociedade” (p.508). Porém no final do século XVIII e no princípio do século XIX, o termo germânico Kultur era utilizado para simbolizar todos os aspectos espirituais de uma comunidade, enquanto a palavra francesa Civilization referia-se principalmente às realizações materiais de um povo. Mais tarde Edward Tylor (1832-1917) sintetizou os dois termos no vocábulo inglês Culture, que

"tomado em seu amplo sentido etnográfico é este todo complexo que inclui conhecimentos, crenças, arte, moral, leis, costumes ou qualquer outra capacidade ou hábitos adquiridos pelo homem como membro de uma sociedade".

Segundo Laraia (1996: 25) com a definição acima apresentada Tylor abrange em suma só palavra todas as possibilidades de realização humana, além de marcar fortemente o caráter de aprendizado da cultura em oposição a idéia de aquisição inata, transmitida por mecanismos biológicos.

Há muito se estuda o comportamento dos animais, inclusive o comportamento do homem, com a finalidade de entender o que o conduz as atividades cotidianas e, as relações entre eles na formação dos grupos e na relação entre outros grupos. Confúcio (VX séc. a C.) enunciou que "a natureza dos homens é a mesma, são os seus hábitos que os mantêm separados" este é um pensamento compartilhado por vários estudiosos até a atualidade, inclusive adotado pelas ciências sociais quando se trata de estudos inerentes a cultura organizacional. Pois, não há como se aceitar algo como bom ou mal, sem uma análise prévia, quando esta não é prática em sua terra, isto vale para práticas de gestão sugeridas a serem adotadas em uma organização. Há que se observar e analisar as possibilidades de adequação.

Segundo Sahlins apud Laraia (1996: 24),

"(...) a posição da moderna antropologia é que a cultura age seletivamente, e não casualmente, sobre o seu meio ambiente, explorando determinadas possibilidades e limites ao desenvolvimento, para o qual as forças decisivas estão na própria cultura e na história da cultura."

Apesar da evolução do conceito de cultura demonstrar que as questões biológicas e geográficas não interferem nas ações humanas, ainda existe alguns resquícios no que diz respeito as questões referentes a supremacia de raça (inteligência) e da melhor localização geográfica (nordeste brasileiro).

Desenvolvimento do conceito de cultura

O determinismo biológico, bem como o geográfico são idéias que no passado foram consideradas relevantes para conceituar cultura. Com o passar do tempo diversas investigações foram realizadas e chegou-se a conclusão de que estas teorias, apesar de terem sido importantes para o entendimento de algumas dimensões da natureza humana, apresentando limitações e inconsistência para o entendimento do conceito de cultura. Aí então, inaugura-se uma nova fase de estudos e interpretação de culturas.

Segundo Leibniz apud (Laraia, 1986) a natureza nunca age por saltos, analogamente conclui-se que, a cultura também não age por saltos, ela é resultado do acúmulo das ações dos homens, que inclusive altera a própria natureza, pois é necessário compreender a época em que se viveu e conseqüentemente o background intelectual de quem ou do que está se analisando.

A comunicação é um instrumento decisivo para a assimilação da cultura, pois a experiência

de um indivíduo é transmitida aos demais, criando assim um interminável processo de acumulação permeado por valores cristalizados, o que nos leva a afirmar que a linguagem humana é um produto da cultura. Daí a necessidade de identificar as determinadas formas de comunicação que atinja todos as pessoas da organização quando da transmissão de uma mensagem.

Pois, para Hoebel apud (Barros & Prates, 1996: 15),

"O homem é o único animal que fala de sua fala, pensa o seu pensamento, que responde à sua própria resposta, que reflete o seu próprio reflexo e é capaz de diferenciar-se mesmo quando está se adaptando as causas comuns e estímulos comuns".

Comportamentos compartilhados são componentes da cultura o que nos leva inclusive a afirmar que, teorias behavioristas (Watson - condicionamento), Cognitivista (Piaget- psicogenética) quando aplicadas, mesmo que inconscientemente por um grupo de pessoas determinam algumas características culturais em relação ao padrão de comportamento. Normas impostas por organizações determinam padrões de comportamento, marcando de forma indelével a cultura organizacional. Portanto, pode-se afirmar que diferenças culturais não são genéticas e sim adquiridas no decorrer do tempo.

"Possuidor de um tesouro de signos que tem a faculdade de multiplicar infinitamente, o homem é capaz de assegurar a retenção de suas idéias (...), comunicá-las para outros homens e transmiti-las para os seus descendentes como herança sempre crescente." (Turgot apud Laraia 1986, 27).

De acordo com Kluckhohn apud Geertz (1989: 14) cultura pode ser vista como:

“...o modo de vida global de um povo; 2) legado social que o indivíduo adquire do seu grupo; 3) uma forma de pensar, sentir e acreditar; 4) uma abstração do comportamento; 5) Uma teoria, elaborada pelo antropólogo, sobre a forma pela qual o grupo de pessoa se comporta realmente; 6) um celeiro de aprendizagem em comum; 7) um conjunto de orientações padronizadas para os problemas recorrentes; 8) comportamento aprendido; 9) um mecanismo para regulamentação normativa do comportamento; 10) um conjunto de técnicas para se ajustar tanto ao ambiente externo como em relação aos outros homens; 11) um precipitado da história.”

Ao correlacionar o conceito de cultura apresentado por Kluckhohn com a "praxis" organizacional, emerge daí padrões de comportamento (normas), processo de adaptação (símbolos e signos), tecnologia e componentes ideológicos (religião, mitos, cerimônias), ou seja, valores compartilhados pelos membros da organização, resultado do processo de individuação, isto é, de atitudes individuais que ao mesmo tempo que interfere no comportamento do grupo, interfere na atitude individual de cada membro da organização, resultando numa configuração ímpar de cultura organizacional.

Teorias modernas sobre cultura

A utilização da antropologia para a análise organizacional deve-se ao fato de que esta área do conhecimento consegue abranger as dimensões da linguagem, do simbolismo, do espaço, do tempo e da cognição. A abordagem antropológica intensificou-se na década de 80, inclusive gerando críticas pelo uso acrítico, explicando tudo e qualquer coisa através do conceito de cultura. Porém, para seus defensores o grande mérito desses estudos foi justamente chamar a atenção para a dimensão simbólica que permeia a organização e os seus grupos. A necessidade de encontrar os significados das relações entre os elementos da cultura de uma organização e que dão sentido ao cotidiano das mesmas justifica o apelo ao estruturalismo, do qual Geertz (1989) é um dos representantes.

Para Geertz (1989: 15) o conceito de cultura é essencialmente semiótico, que vem de encontro com o pensamento de Max Weber "que o homem é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu". Geertz concebe a cultura como uma "teia de significados" que o homem tece ao seu redor e que o amarra. Busca-se apreender os seus significados (sua densidade simbólica).

Um dos métodos utilizados para entender a cultura é a descrição etnográfica que se baseia nas palavras dos informantes e o pesquisador interpreta-a e compartilha os significados juntamente com seus informantes, ou seja, aqueles que na verdade possuem o roteiro simbólico do que concebem e articulam logicamente entre suas visões de mundo. O respeito rigoroso à visão que os nativos têm sobre os aspectos analisados (sobre si mesmo, seus conhecimentos e práticas cotidianas, sua concepção do mundo) é fundamental.

Ao se analisar a cultura organizacional sob a ótica antropológica, faz-se necessário interpretar e decodificar a visão de mundo subjacente aos sistemas de gestão utilizados e praticados pelas organizações. Pois a prática etnográfica estabelece relações e sendo assim é dialógica, ou seja é uma via de mão dupla, na qual o mesmo objeto ou fato deve ser visto e sentido do mesmo modo, o que requer uma descrição densa do que se está diagnosticando, que segundo Goodenough apud Geertz (1989: 21) "a cultura (está localizada) na mente e no coração dos homens".

Alguns estudiosos contemporâneos tal como Schein, apresentam alguns modelos para diagnosticar a cultura organizacional. Para Schein apud Monteiro et.al.(1999: 74) as categorias para investigar o universo cultural de uma organização são:

- 1) Analisar o teor e o processo de socialização dos novos membros;
- 2) Analisar as respostas a incidentes críticos da história da organização;
- 3) Analisar as crenças, valores e convicções dos criadores ou portadores da cultura;
- 4) Explorar e analisar junto a pessoas de dentro da organização as observações surpreendentes descobertas durante as entrevistas.

As categorias apresentadas por Schein vem sendo largamente utilizadas nas investigações sobre cultura organizacional, inclusive se tem chegado a algumas conclusões tais como: a

importância do papel dos fundadores da organização no processo de moldar seus padrões culturais, que imprime sua visão de mundo aos demais membros da organização e, também sua visão do papel que a organização deve desempenhar no mundo.

Dentre os estudiosos da atualidade encontra-se Fleury, que apresenta o seguinte conceito de cultura organizacional:

“Cultura organizacional é um conjunto de valores e pressupostos básicos, expressos em elementos simbólicos que, em sua capacidade de ordenar, atribuir significações, construir a identidade organizacional, tanto agem como elementos de comunicação e consenso, como ocultam e instrumentalizam as relações de dominação.” (Fleury, 1991: 06).

Smircich apud Monteiro et al. (1999: 73-74) propõe duas linhas de pesquisa a serem seguidas na investigação da cultura organizacional que são:

- 1) A cultura como uma variável, como alguma coisa que a organização tem, estas variáveis são independentes externa (cultura da sociedade onde a organização está inserida) e interna (produtos culturais como lendas, ritos, símbolos).
- 2) A cultura como raiz da própria organização, algo que a organização é, considerando a organização como um fenômeno social.

A cultura não é determinante nas tomadas de decisões em uma organização, mas influencia sobremaneira nas diretrizes e práticas a serem adotadas, pois é um instrumento de poder a ser utilizado pelos gestores.

<http://www.dad.uem.br/xixsemad/comunicacoes/comuni>

Uma visão antropológica

Para Beyer & Trice (1986), o rito se configura como uma categoria analítica privilegiada para desvendar a cultura das organizações, que é composta por redes de concepções, normas e valores, que são tão tomados por certos que permanecem submersas à vida organizacional. Para Horton & Hunt (apud Fleury, 1989), a cultura é tudo aquilo que é apreendido e partilhado pelos membros de uma sociedade. Esse conceito utiliza-se do método funcional, ou seja, a sociedade sofreu segmentação causada pela divisão de trabalho. Para Hofstede (apud Fleury, 1989), a cultura se baseia em modelo de pensamento que se transfere de pessoa para pessoa. Apesar desses pensamentos situarem-se na mente das pessoas, ficam cristalizados nas instituições e nos produtos tangíveis de uma sociedade.

Já para Horton & Hunt (1980), a cultura é tudo aquilo que é socialmente apreendida e partilhada pelos membros de uma sociedade. Desta forma, conclui-se que a antropologia funcional explica a gênese da cultura de uma sociedade e que as subculturas nasceram dentro deste mesmo processo funcional, pelo motivo de a sociedade ter sofrido

segmentação causada pela divisão de trabalho e ainda que cultura é adequada por surgir uma necessidade a ser satisfeita, e se manteve porque se provou ser conveniente para um fim colimado.

Lakatos (1979) define que a cultura é um modelador de comportamento e está presente em qualquer agrupamento de pessoas com características próprias a cada um deles. Malinowski (1965) afirma que a cultura não é estática e que acompanha as modificações da sociedade; desta forma conclui-se que a organização formal é dinâmica e assim se transforma de acordo com as interações sociais.

<http://www.epa.adm.br/cultura.htm>